



Assuntos tão importantes para o futuro da Europa como a ciência e a inovação devem ser objecto de um debate amplo

Apoios europeus à ciência e inovação em debate

A ciência e a inovação têm uma importância estratégica para a competitividade e, consequentemente, para o crescimento económico e a criação de emprego no espaço europeu. A Europa financia a investigação científica e a inovação através de vários programas. Os mais importantes são o 7º Programa-Quadro de Investigação, no valor de 52 mil milhões de Euros, e o CIP Programa-Quadro para a Competitividade e Inovação.

O PQ actualmente em vigor tem sido criticado pelos mais variados sectores como sendo excessivamente burocrático, demasiado complexo e completamente avesso ao risco. Estando focado primordialmente no controlo administrativo, a fim de evitar o risco ao invés de o gerir, equipara o menor erro a fraude e acaba por desencorajar a participação das entidades menos apetrechadas em recursos administrativos, como sejam as universidades menos profissionalizadas e as pequenas e as médias empresas, que são, tanto umas como as outras, fontes importantes de inovação e de criação de emprego.

Enquanto membro do Parlamento Europeu fui nomeada relatora do processo de definição das regras de participação nos actuais e nos futuros programas europeus de ciência e inovação. Esta tarefa foi-me atribuída num momento crucial, pois em breve o Parlamento Europeu iniciará a revisão intercalar do actual PQ, a vigorar até 2013, e encetará o processo de definição das prioridades e linhas gerais do futuro, oitavo, PQ para a ciência e a investigação, que abrangerá o período entre 2014 e 2020. Tentarei utilizar esta oportunidade para recuperar a confiança e a vontade de participar nestes programas de todos os interessados em tornar a Europa um espaço mais aberto à inovação, à investigação e à criação de emprego. Para tal irei propor uma abordagem mais tolerante ao risco, por um lado, e, por outro, mais baseada



Maria da Graça Carvalho

na avaliação do mérito científico e da excelência dos projectos apresentados. A simplificação das regras, do ponto de vista do utilizador e não apenas do ponto de vista da Comissão, deverá tornar as candidaturas mais acessíveis a um maior número de entidades, tanto de grande como de média ou de pequena dimensão.

Na convicção de que assuntos tão importantes para o futuro da Europa, como a ciência e a inovação, devem ser objecto de um debate amplo e participado, decidi pedir a todos os interessados que apresentassem as suas opiniões, sugestões e recomendações, no sentido de melhorar os mecanismos de acesso aos fundos e os instrumentos de acompanhamento dos projectos de investigação. Dirigi mais de 8000 convites a um conjunto diversificado de entidades. E devo dizer que a quantidade e a qualidade dos contributos que recebi, em pouco mais de um mês, foram surpreendentes.

As empresas e as associações indústrias (CEFIC- Associação da Indústria Química Europeia, BUSINESSEUROPE- Associação das Federações Industriais Europeias, EUROCAR- Associação da Indústria Automóvel Europeia...) apresentaram várias queixas acerca da burocracia excessiva, da incerteza jurídica decorrente da alteração frequente de regras e da ausência da possibilidade de recurso sobre actos administrativos polémicos. Em contrapartida, estas organizações avançaram também várias ideias cuja adopção permitiria recuperar a confiança dos parceiros no novo PQ para a investigação. As universidades e as suas associações (LERU- League of European Research Universities, EUA- European University Association, ...) apontaram algumas reservas à ideia, equacionada pela Comissão, de basear o financiamento dos projectos nos resultados da investigação. Tal abordagem pressupõe um exercício difícil de definição e de medida daquilo que deve ser entendido como resultado do trabalho científico.

Apesar da diversidade das entidades que têm vindo a

contribuir com as suas ideias, críticas e recomendações, constato com satisfação que todas se mostram favoráveis à minha proposta de caminharmos no sentido de uma maior tolerância ao risco, simplificando os procedimentos burocráticos de controlo, por um lado, e, por outro, assentando a avaliação dos projectos numa maior confiança nas comunidades científica e empresarial.

Enquanto deputada e relatora do processo de simplificação, considero ser meu dever envolver os cidadãos europeus neste debate, pedindo-lhes contributos, respondendo às suas perguntas e auscultando as suas opiniões. É com grande alegria que verifico o envolvimento voluntário de tantas entidades e o desejo de participar de tantos cidadãos do espaço europeu. Torna-se assim claro que as instituições europeias, sobretudo o Parlamento Europeu, podem estar próximas dos seus eleitores, e quando o fazem estes últimos respondem, participam, e tiram tempo para analisar os assuntos que lhes dizem respeito.

Todas as sugestões recebidas estão publicadas no meu site www.gracacarvalho.eu bem como os contributos dos fóruns que foram convocados para o Porto e para Lisboa, nos dias 2 e 9 de Julho de 2010, respectivamente. Espero que estas iniciativas, a par do parecer que será elaborado pela Assembleia da República, contribuam para um aumento significativo da participação portuguesa nestes programas. E espero também que as medidas de simplificação que irei propor, tornem os fundos europeus mais acessíveis e atractivos para as empresas e as instituições nacionais que se dedicam à investigação e à inovação. *Deputada ao Parlamento Europeu. É membro efectivo da Comissão Indústria, Investigação e Energia, membro suplente da Comissão dos Orçamentos, membro suplente na Comissão Especial sobre os recursos orçamentais da UE e Co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE.*

A quantidade e a qualidade dos contributos que recebi, em pouco mais de um mês, foram surpreendentes